

# Congresso reabre com poucos parlamentares

A apresentação da mensagem anual do presidente da República e um discurso do senador Humberto Lucena (PMDB/PB), ressaltando a importância do Poder Legislativo, como «força viva e permanente da nação», marcarão hoje a sessão solene de instalação do Congresso Nacional — que, entretanto, este ano, enquanto perdurarem os trabalhos da Constituinte, só estará funcionando quando convocado para o exame de matérias consideradas urgentes ou relevantes.

A instalação, às 10 horas de hoje, no plenário da Câmara dos Deputados, em pleno domingo de carnaval, se dá por força de um dispositivo constitucional que fixa a data de 1º de março para o início do ano parlamentar. Poucos são os constituintes presentes em Brasília, a maioria aproveitou o «recesso e carnaval» (a Constituinte só voltará a funcionar no dia 9) para retornar aos estados. Vários novatos, porém, permaneceram na capital para assistir, até por curiosidade, à instalação da primeira sessão legislativa do seu período de mandato.

Por poucos que sejam, no entanto, os deputados e senadores presentes na cidade, o plenário não estará muito vazio, porque, como se trata de sessão solene, para ela estão convidados os ministros de Estado, os presidentes dos Tribunais Superiores e os integrantes do corpo diplomático estrangeiro. Aberta a sessão, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, fará a entrega da mensagem presidencial, cuja introdução será



lida, em plenário, pelo 1º secretário da Mesa, o senador Jutahy Magalhães, enquanto exemplares impressos na íntegra, estarão sendo distribuídos aos parlamentares. A seguir, o presidente do Congresso, Humberto Lucena, fará seu discurso, encerrando a reunião.

— Por enquanto, não está ainda definido como funcionará o Congresso nesse período da Constituinte. As normas provisórias que regem o funcionamento desta são omissas. Imaginava-se que até o final de fevereiro já estaria aprovado o regimento definitivo. Nesse, sim, se disciplinará a questão. O substitutivo do relator, Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), manda a Câmara e o Senado adaptarem seus regimentos internos, para só realizarem sessões em caráter extraordinário, «para exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional».

Instalado agora o Congresso Nacional, portanto, quarta ou quinta-feira já deveriam ser realizadas as sessões da Câmara e do Senado. Não o serão, porém, porque às suas Casas se estendeu

o «recesso de carnaval», estabelecido para a Constituinte. Depois disso, a Câmara deverá continuar ainda com suas sessões «suspensas», por decisão do seu presidente, Ulysses Guimarães, que prefere aguardar a aprovação do regimento definitivo da Constituinte. Ele acredita que a aprovação deverá ocorrer até o dia 11, no máximo.

O Senado, porém, decidiu antecipar-se ao regimento da Constituinte. Fará a «adaptação» do seu regimento interno em sessão extraordinária, já convocada para às 18 h30 do dia 9. O projeto de resolução mandado preparar por seu presidente, Humberto Lucena, prevê que a Casa só funcionará quando por ele convocada e para atender a casos especiais, e em horário que não prejudique os trabalhos da Constituinte. O Senado deverá também constituir as suas comissões permanentes, mas estas só terão de dar parecer oral, em plenário, sobre as matérias que estarão tramitando em caráter extraordinário. Todas as proposições de parlamentares terão sua tramitação sobrestada até a promulgação da nova Constituição. Quanto às do Executivo, só serão examinadas e votadas as que tiverem caráter urgente ou relevante. Ente elas, estão as que se referem à designação de embaixadores e ocupantes de alguns altos cargos ou a pedidos de autorização para contratação de operações financeiras, por parte de estados e municípios, as quais tem de ter a aprovação do Senado.

## Mensagem de Sarney vai justificar a sua política econômica

O Brasil gastou com o serviço da dívida externa, em 1986, 53,6% de suas exportações do ano, ao mesmo tempo em que fechou o ano com US\$ 6,8 bilhões de reservas cambiais, ao lado de uma dívida líquida da ordem de US\$ 97,9 bilhões. Os dados constam da mensagem que o presidente Sarney encaminha hoje ao Congresso Nacional, destacando a transição política que está sendo realizada pacificamente no país e a decisão pelo reordenamento da economia, sem recessão e sem desemprego.

Hoje às 10 horas, o chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel, levará ao Congresso Nacional a mensagem de 94 folhas, onde o presidente Sarney faz um balanço do governo em 1986 e apresenta as perspectivas para este ano. Ao mesmo tempo, o chefe da nação faz um apelo para que a futura Constituição tenha uma ordem política estável e participativa, uma ordem social que respeite os princípios de solidariedade, ao lado de uma ordem econômica justa e sem discriminação.

Depois de destacar a atuação de cada área do governo, a mensagem do presidente apresenta os apêndices estatísticos, com os indicadores macroeconômicos, mostrando, por exemplo, que houve um crescimento da ordem de 7,7% do PIB (Produto Interno Bruto), comparando-se o ano de 1986 a 1985, ao lado de um crescimento industrial da ordem de 11,3%. Nos quadros apresentados pelo presidente, está clara a queda das



Maciel vê Carta como pacto

reservas cambiais brasileiras. Antes de chegar aos US\$ 6,8 bilhões de 1986, a mensagem ao Congresso Nacional informa que 1985 foi fechado com reservas da ordem de US\$ 10,4 bilhões, para uma dívida de US\$ 85,3 bilhões. No ano anterior, o total da dívida, estava em US\$ 79 bilhões,

enquanto o Brasil chegava a dezembro de 1984 com reservas da ordem de US\$ 11,9 bilhões. Em 1985, o serviço da dívida, em comparação com as exportações do ano, chegou a 46,4%.

### Novo pacto

Além de colocar o Congresso Nacional a par desses dados, o presidente Sarney destacou que a Assembléia Nacional Constituinte será responsável por um novo pacto social democrático no país, lembrando todo o processo político de seu governo, até a convocação da Constituinte, através da Emenda Constitucional número 26. O processo de transição, de acordo com o presidente, tem sido pacífico e é fundamental que seja preservada a normalidade e a estabilidade do país. E foi com esse objetivo, segundo a mensagem, que ele decidiu suspender o pagamento dos juros da dívida externa. Um ato de soberania, segundo está destacado na mensagem, em respeito aos compromissos assumidos com a nação, de que o serviço da dívida não poderia jamais se transformar em um estrangulamento.

O Palácio do Planalto não distribuiu ontem, o texto da mensagem, argumentando que isso representaria uma descortesia com o Congresso Nacional, cabendo ao secretário de imprensa da Presidência da República, Antônio Frota Neto, divulgar alguns dados sobre o documento que o ministro Marco Maciel entrega hoje.

## Assembléia com cronograma lento

### Silvio Donizetti

A Assembléia Constituinte somente vai começar a examinar efetivamente as propostas para a elaboração da nova Constituição nos últimos dias de março, quase 60 dias após a sua instalação. Até poder apreciar o primeiro projeto constitucional, a Constituinte terá primeiro que aprovar o seu regimento interno definitivo, eleger a Mesa-Diretora e indicar os membros e instalar as comissões constitucionais.

Em plenário, as propostas aprovadas nas comissões específicas e acolhidas pela Comissão de Sistematização somente começarão a ser discutidas 90 dias após a apresentação de cada projeto constitucional. É que as oito comissões incumbidas de elaborar o projeto de Constituição têm até 60 dias para decidir sobre cada matéria que, em seguida, tem o prazo de 30 dias para ser ou não

acolhida pela Comissão de Sistematização.

Somente após este prazo é que as proposições poderão ser discutidas em plenário, quando os constituintes terão mais 30 dias para apresentar emendas à versão original. Ultrapassada esta fase, o projeto volta à Comissão de Sistematização para o parecer final, que deverá ser dado em 25 dias, e finalmente retorna a plenário para ser votado, em primeiro dos dois turnos de votação.

### Regimento

Todos os prazos, no entanto, apenas começarão a correr depois da aprovação do regimento interno da Constituinte. A previsão é que o substitutivo de senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) retorne, no dia 10, ao plenário da Casa para reiniciar a votação da matéria. Segundo cálculos otimistas o regimento deverá estar aprovado até o dia 13 próximo, uma sexta-feira.

Aprovado o regimento interno, a Constituinte passará à eleição de sua Mesa Diretora, que, pelo critério da proporcionalidade das bancadas partidárias na Casa, já tem praticamente sua composição acertada. Eleita a Mesa, as lideranças terão 48 horas para indicar os integrantes das Comissões obedeceidas aí também as regras da representatividade de cada agremiação. As Comissões serão instaladas 24 horas após a designação dos seus membros, tudo isso conforme prevê o substitutivo de senador Fernando Henrique Cardoso, que pode ou não ser mantido pelo plenário da Constituinte, durante a votação. Superadas todas as fases intermediárias, finalmente, a Assembléia Constituinte poderá, por intermédio das oito comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, iniciar o exame das primeiras propostas constitucionais.

## Ingerência do governo é defendida por Maciel

O ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, defende como legítima a ingerência do governo nos entendimentos e votações da Assembléia Nacional Constituinte: «Seria criticável se o presidente José Sarney, cuja atribuição política é da maior relevância, ficasse alheio à Constituinte. Não se pode pensar em constituinte ignorando o Presidente», afirma.

Coube ao ministro Maciel coordenar, com êxito, a intervenção de Sarney em todas as votações da Constituinte até agora. Ele despachou funcionários do gabinete Civil para o plenário, negociou a indicação de um líder do governo e costurou a adesão do

PTB à aliança política de sustentação a Sarney. Agora, empenha-se nos entendimentos para estabelecer o tamanho da soberania da Assembléia, elogiando a atuação dos parlamentares.

— Os trabalhos da Constituinte correm muito bem — diz, defendendo a busca de formas consensuais para as decisões.

Maciel acredita que da Constituinte surgirá um quadro partidário mais nítido e adverte: «Se a Nova Carta não fizer isto, ela não terá durabilidade». Insisto que há distorções no quadro partidário e acho que os parlamentares participam das votações de acordo com as convicções pessoais, e não partidárias».

## Brossard faz críticas à Constituinte

Porto Alegre — O ministro da justiça, Paulo Brossard, criticou ontem o levantamento de obstáculos ao funcionamento da Constituinte, afirmando que está havendo uma «supervalorização de coisas que não são importantes». Ele frisou que o Regimento Interno, ainda não aprovado, «é uma lei meramente instrumental para os trabalhos da Constituinte, e se faz do regimento uma verdadeira questão intransponível, inconciliável». Brossard mostrou-se confiante, no entanto, de que a Constituinte, «verificando o que aconteceu durante este primeiro mês, passado de certa forma este deslumbramento», solucionará essas questões.